



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

## EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

### **CONTRATANTE (UASG)**

CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND – PR (929890)

### **OBJETO**

Aquisição de equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR

### **VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 2.177,49 (dois mil cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos)

### **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**

Até o dia 26/02/2026 às 08:59

### **DATA DE ABERTURA DA FASE DE LANCES**

26/02/2026

### **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

Das 09:00h às 15:00h

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM



## SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA .....	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL .....	4
4. FASE DE LANCES .....	6
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO .....	6
6. HABILITAÇÃO .....	8
7. CONTRATAÇÃO .....	9
8. SANÇÕES .....	9
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	11
ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO .....	13
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.....	14
ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE FORNECIMENTO .....	23
ANEXO IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR .....	26



## EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026 (Processo Administrativo n.º 004/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ n.º 77.878.320/0001-73, estabelecida na Rua João Pessoa nº 104, realizará Dispensa Eletrônica, exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, com critério de julgamento **menor preço por item** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 26/02/2026

Local: Sistema Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

Horário da Fase de Lances: 9:00 às 15:00

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a aquisição de equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR.
- 1.2. A contratação ocorrerá conforme descrição constante no Termo de Referência [anexo](#) a este edital.
  - 1.2.1. O valor máximo da presente contratação é de R\$ 2.177,49 (dois mil cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos) .
  - 1.2.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Em caso de divergência entre as especificações contidas no Sistema Eletrônico de Compras do Governo Federal e as constantes neste Edital, prevalecerão as últimas.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa é restrita às microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV da Lei Complementar no 123/2006, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição.
- 2.2. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>
  - 2.2.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
  - 2.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.3. **Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:**
  - 2.3.1. que não atendam às condições deste Edital de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);



2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. sociedades cooperativas;

2.3.6. empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Dispensa Eletrônica.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Edital de Dispensa Eletrônica, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Dispensa Eletrônica;
- 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.



3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital de Dispensa Eletrônica.

## 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Edital de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do objeto
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Edital de Dispensa Eletrônica.
  - 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é **de R\$ 0,01 (um centavo)**
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
  - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
  - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
  - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
  - 5.3.1. Para o envio da proposta o fornecedor deverá utilizar-se do modelo constante no [anexo III](#) deste Edital de Dispensa Eletrônica.



- 5.3.2.A proposta enviada pelo fornecedor deverá contemplar em seu valor toda a descrição dos serviços/produtos a serem executados/entregues, respeitando o limite de valor unitário estimado do Termo Referência;
- 5.3.3. **O prazo para encaminhamento da proposta e documentos complementares será de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período mediante solicitação feita pelo fornecedor antes de findo o prazo.
- 5.3.4. **Junto ao envio da proposta, a Administração solicitará o encaminhamento de catálogos, folders, prospecto e/ou ficha técnica, contendo as informações do produto como especificações, modelo, marca e imagens, com a finalidade de verificar a compatibilidade do item com os requisitos do Edital da Dispensa Eletrônica e seus anexos.**
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. conter vícios insanáveis;
  - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste edital ou em seus anexos;
  - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;
  - 5.5.6. não encaminhar proposta e documentos complementares em conformidade e prazos estabelecidos no item 5.3 e seus subitens;
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa Eletrônica.
- 5.13. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item.



## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>);
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União. (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>)
  - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
  - f) Consulta de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública -TCE Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>)
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” e “e” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. **Caso atendidas as condições de participação, o fornecedor será convocado a enviar os documentos de habilitação, exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período mediante solicitação feita pelo fornecedor antes de findo o prazo.**
- 6.4. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constituem meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Dispensa Eletrônica e já apresentado, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.



- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.2.3. Equipare-se a recusa em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente a falta de manifestação da Adjudicatária no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da convocação.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência anexo a este Edital de Dispensa Eletrônica.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7.6. Em caso de recusa da adjudicatária em assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar as empresas remanescentes, observada a ordem de classificação no certame competitivo, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/2021.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Edital de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Edital de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Dispensa Eletrônica não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste edital.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital de Dispensa Eletrônica.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Edital de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.3. ANEXO III – Modelo Proposta de Fornecimento;

9.13.4. ANEXO IV – Estudo Técnico Preliminar.

Assis Chateaubriand/PR, 19 de fevereiro de 2026.

**Osmar Aparecido Rinki**  
Presidente da Câmara



## ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

### 1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, que deverá ser comprovada pela apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente.
- 2.7 prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, que deverá ser comprovada pela apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente.



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

Dispensa Eletrônica – Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta contratação é a aquisição de equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR.
- 1.2. Os quantitativos, especificações e valores estimados para a contratação são os especificados na tabela abaixo:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	1	UND	<b>Fone de ouvido headset – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Headset, circumaural (over-ear), fechado, almofadas em espuma, arco acolchoado (almofadado) ajustável.</li><li>• Cor: preta</li><li>• Drivers: mínimo de 53mm</li><li>• Resposta de frequência: 20Hz – 20.000Hz</li><li>• Impedância: 32 – 64 Ohm</li><li>• Microfone: tipo removível, padrão omnidirecional, sensibilidade -38 a -42 dB</li><li>• Conectividade: conector 3.5mm padrão TRRS (P3), com adaptador (splitter) para uso em equipamentos com entradas de fone e microfone separadas.</li><li>• Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m</li><li>• Microfone removível, com controle de volume ou mute integrado no cabo.</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Headset Gamer Redragon Cragblade H541, Zeus Lite H510-LT ou equivalente.</li></ul>	R\$ 197,12	R\$ 197,12
2	1	UND	<b>Teclado para microcomputador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado com switches de membrana (domo de borracha), com digitação suave e silenciosa para longas sessões de uso;</li><li>• Cor preta.</li><li>• Layout ABNT 2 (com tecla Ç), com bloco numérico, com teclas marcadas a laser com alta resistência ao desgaste e de perfil alto.</li><li>• Conector padrão USB plug-and-play, com cabo de 1,80m;</li><li>• Rollover: mínimo de 25 teclas simultâneas;</li><li>• Construção robusta em plástico ABS, com ajuste de altura.</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Teclado Redragon Shiva K512RGB V2, Redragon Dyaus K509 ou equivalente.</li></ul>	R\$ 193,77	R\$ 193,77



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

3	1	UND	<b>Mouse para microcomputador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mouse com sensor ótico de alta qualidade.</li><li>• Cor preta, com fio, cabo mínimo de 1,5 m, com os seguintes botões: esquerdo, direito, botão de alternância de DPI, roda de rolagem com clique, 2 botões programáveis na lateral;</li><li>• Conectividade: USB plug-and-play;</li><li>• Resolução de movimento ajustável com pelo menos 4.000 DPI;</li><li>• Tamanho normal com desenho simétrico para uso por destros e canhotos;</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Mouse Havit MS1001 ou superior</li></ul>	R\$ 73,31	R\$ 73,31
4	3	UND	<b>Memória DDR4 16GB 2666MHz para computador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Memória RAM</li><li>• Capacidade: 16GB;</li><li>• Tipo: DDR4;</li><li>• Frequência: 2666 MHz;</li><li>• Latência máxima: CL22;</li><li>• Formato: DIMM</li><li>• Garantia mínima de 12 meses</li></ul>	R\$ 303,21	R\$ 909,63
5	1	UND	<b>Microfone de lapela duplo sem fio – Especificações técnicas mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Microfone de lapela duplo com tecnologia sem fio digital de 2,4 GHz;</li><li>• Com 2 transmissores de lapela com microfone omnidirecional;</li><li>• Com 1 receptor de montagem para câmera digital com entrada TRS de 3,5mm e USB, 1 receptor com conector lightning e 1 receptor com conector USB-C para smartphone;</li><li>• Transmissores e receptor de montagem para câmera digital com baterias internas recarregáveis mediante estojo de carregamento;</li><li>• Faixa de frequência 20Hz–20kHz, relação sinal/ruído de 70dB, nível de pressão de som 115dB SPL;</li><li>• Alcance de transmissão de até 300m, taxa de amostragem de áudio ultra-alta de 48 kHz e 24 bits;</li><li>• Com recurso de cancelamento de ruído, suporte a gravação mono e estéreo e transmissores com capacidade com até 9 horas de operação.</li><li>• <b>Incluso no item:</b> 2 transmissores, 1 receptor para câmera digital, 1 receptor com conector lightning e 1 receptor com conector USB-C, 1 estojo para carregamento dos transmissores e receptor, 2</li></ul>	R\$ 803,66	R\$ 803,66



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

			protetores de vento, 1 cabo USB-A para USB-C, 1 cabo TRS 3,5mm, 4 presilhas magnéticas, 2 cordões de pescoço, 2clipes traseiros, 1 bolsa de transporte, guia-rápido/manual. <ul style="list-style-type: none"><li>• Garantia mínima de 12 meses</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Microfone Hollyland Lark M2 Duo Combo ou superior.</li></ul>		
<b>TOTAL: R\$ 2.177,49 (dois mil cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos)</b>					

- 1.3. Em caso de divergência nas especificações dos materiais contidas no CATMAT, no Compras.gov.br e neste Termo de Referência, prevalecerá as informações contidas neste Termo de Referência.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. A menção de marca/modelo no Termo de Referência serve como parâmetro de qualidade do item, com a finalidade de facilitar sua descrição, de modo que o fornecedor poderá ofertar item com características superiores ou iguais ao modelo referencial, **desde que o desempenho, qualidade e produtividade seja compatível com a marca de referência mencionada**, conforme se extrai do Acórdão 113/2016 – Plenário do TCU.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar realizado para esta contratação. O documento, conforme dispõe o inciso XX do artigo 6º da Lei 14.133, dá base para este Termo de Referência.

### 2.2. Justificativa da contratação:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de dotar a Assessoria de Comunicação da Câmara de equipamentos e acessórios de informática adequados, essenciais para a execução regular e eficiente dos trabalhos realizados. Verificou-se que alguns dos equipamentos e acessórios atualmente disponíveis (mouse, teclado e memória) apresentam desempenho insuficiente para a realização das atividades, o que compromete a execução das tarefas em razão da ineficiência operacional. Além disso, constatou-se a necessidade de aquisição de equipamentos e acessórios (fone de ouvido e microfone) que não integram o patrimônio do órgão e que são fundamentais para as atividades desenvolvidas.

O trabalho executado pela área requisitante, a Assessoria de Comunicação, exige ferramentas tecnológicas compatíveis com suas atribuições, tendo em vista que atua na produção de conteúdos audiovisuais, cobertura de sessões legislativas, eventos oficiais, entrevistas, edição de materiais multimídia e divulgação das atividades parlamentares.

Nesse sentido, faz-se necessária a aquisição dos referidos equipamentos e acessórios, a fim de assegurar condições adequadas de trabalho, melhorar a eficiência operacional e garantir a qualidade técnica dos serviços prestados, em atendimento ao interesse público e às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR.

### 2.3. Enquadramento da contratação:

A contratação se enquadra no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.



### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A aquisição de equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR deverá observar todas as disposições contidas neste Termo de Referência.
- 3.2. Os itens a ser adquiridos estão especificados e descritos na tabela do item 1.2 e deverão estar em conformidade com todas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 3.3. Os itens fornecidos deverão ser novos, sem qualquer uso, sem riscos, amassados, quebras, rachaduras ou qualquer outro tipo de avaria.
- 3.4. Os itens deverão ser entregues no local especificado neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos relacionados à entrega (transporte, frete, seguro, etc.).
- 3.5. As embalagens dos produtos devem conter informações para sua identificação, incluindo marca, modelo e as demais especificações técnicas pertinentes.
- 3.6. Os bens fornecidos deverão ser cobertos pelo prazo de garantia estabelecido para cada um dos itens e, quando não constar prazo específico, será observado o prazo estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).
- 3.7. A execução do objeto, compreendendo o local, prazos, entrega e outros detalhes da contratação constam no item 5 deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os requisitos necessários para a presente contratação são:
  - 4.1.1. Entrega dos itens na sede da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand de acordo com o prazo estabelecido neste instrumento, incorrendo o fornecedor com os custos para a entrega.
  - 4.1.2. Garantia dos bens em conformidade com a legislação consumerista – Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), exceto quando o item especificar outro prazo, situação em que prevalecerá o prazo de garantia especificado para o item.
  - 4.1.3. O atendimento, pelo fornecedor, de todas as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 4.2. **SUBCONTRATAÇÃO:** não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:** não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O **prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da Nota de Empenho emitida pela Câmara Municipal.
- 5.2. O **local de entrega dos bens é a sede da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand**, localizada no seguinte endereço: Rua João Pessoa, 104, Jardim América, Assis Chateaubriand, Estado do Paraná - CEP: 85.935-025.
- 5.3. O fornecedor deverá realizar a entrega dos itens no prazo estabelecido, em observância às especificações previstas no Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou tenham sofrido alguma espécie de dano.
- 5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser ajustados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



- 5.5. A entrega dos bens deverá ser acompanhada da nota fiscal contendo a descrição e quantidade dos produtos.
- 5.6. O fornecedor deverá arcar com todos os custos de transporte e acondicionamento para a entrega do objeto no local especificado neste Termo de Referência.
- 5.7. Os produtos deverão estar acondicionados de maneira a evitar a danificação durante os procedimentos de carga, descarga e transporte, inclusive com identificação e caracterização para conferência e recebimento pelo servidor responsável.
- 5.8. No período de garantia dos bens, havendo necessidade de reparo junto à assistência técnica autorizada fixa-se o prazo máximo de 30 dias para a devida manutenção (ajuste, reparo, conserto, troca de peça ou do próprio equipamento) e envio do equipamento para a Câmara Municipal, contados a partir da data de envio do objeto para a empresa responsável.
- 5.9. A empresa contratada deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a contratante.
- 5.10. No exercício da garantia deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, reembalados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.
- 5.11. Os prazos de garantia dos itens dessa contratação têm vigência próprios e são desvinculados do prazo de vigência da contratação, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência da contratação.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. A formalização da contratação ocorrerá por meio da Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidores indicados no contrato pelo Contratante, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.
- 6.5. Ao Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/itens fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.
- 6.6. A fiscalização exercida pelo Gestor do Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução dos itens deste Termo de Referência.

### DO DIREITO E DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

- 6.7. Constituem obrigações do ÓRGÃO CONTRATANTE:
  - a) Proporcionar todas as condições, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;
  - b) Efetuar o pagamento ajustado;
  - c) Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;
  - d) Administrar, acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do objeto.



- 6.8. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das já especificadas no Edital de Dispensa Eletrônica e no contrato:
- Entregar os produtos ou serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, em conformidade com este Termo de Referência e com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
  - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
  - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do contrato;
  - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de compra;
  - Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e alterações no ato constitutivo;
  - Entregar o item contratado, respeitando rigorosamente as solicitações feitas pela Câmara Municipal, mediante a emissão de Nota de Empenho;
  - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
  - Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como tributos, seguros, fretes, comunicações e quaisquer outras despesas necessárias ao fornecimento do objeto, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.
  - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
  - Adotar todas as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais e informações sensíveis a que tiver acesso durante a execução do contrato, conforme as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e demais legislações aplicáveis.
  - Não utilizar, compartilhar ou divulgar quaisquer dados pessoais ou informações confidenciais obtidas durante a execução do contrato, exceto quando expressamente autorizado pelo CONTRATANTE ou para fins previstos em lei.
  - Exercer a garantia dos itens fornecidos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

## 7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. No ato do recebimento dos bens fornecidos será verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo constantes deste Termo de Referência e na proposta do fornecedor, sendo o objeto recebido da seguinte forma:
- Provisoriamente, no ato da entrega dos bens, para conferência da quantidade e especificações gerais do item.
  - Definitivamente, mediante atesto na nota fiscal por servidor designado, observado o prazo máximo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
- 7.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



- 7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento definitivo, mediante emissão da nota fiscal, devidamente atestada pela Câmara e o pagamento será efetuado através de crédito em conta bancária de titularidade da contratada.
  - 7.4.1. Em caso de item entregue fora das especificações contidas neste Termo de Referência ou com acessórios e componentes faltantes, o pagamento ficará pendente até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas.
- 7.5. A contagem do prazo de pagamento iniciará no recebimento definitivo de cada entrega, considerando o atendimento de todas as exigências contidas neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.6. Do pagamento a ser efetuado serão deduzidas as retenções que forem necessárias e previstas legalmente.
- 7.7. A Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens, número da dispensa eletrônica, número da nota de empenho e outros dados julgados relevantes, e não deverá apresentar rasuras e/ou entrelinhas.
- 7.8. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 7.9. O pagamento será efetuado via transferência bancária, devendo para tanto a empresa vencedora informar no ato da entrega da nota fiscal o banco, a agência e a conta corrente que deverá estar obrigatoriamente em nome da contratada.
- 7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista a serem atendidas pelo fornecedor estão previstas no Edital da Dispensa Eletrônica.
- 8.3. Não haverá exigência de habilitação econômico-financeira tendo em vista a entrega imediata dos itens, conforme disposição no artigo 70, inciso III da Lei 14.133/2021.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Na ocorrência das infrações dispostas no artigo 155 da Lei 14.133/2021, a Contratada poderá ser apenada, nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/2021 com as seguintes sanções:
  - 9.1.1. Advertência;
  - 9.1.2. Multa;
  - 9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
  - 9.1.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar



9.2. Sem prejuízo na aplicação das demais sanções legais do artigo 156 da Lei 14.133/2021, a Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações definidas neste instrumento, às seguintes multas:

9.2.1. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto contratado, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

9.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

9.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente a parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand.

9.2.2. De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

9.2.2.1. 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial do ajuste, calculada sobre a parte inadimplida.

9.2.2.2. 20% (vinte por cento) em caso de inexecução total do ajuste, calculada sobre a parte inadimplida.

9.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei 14.133/2021.

9.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto.

9.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à Contratada.

9.5.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.6. A aplicação de multa, a ser determinada pela Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, ocorrerá após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente.

9.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 10. ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 2.177,49 (dois mil cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela do item 1.2.

10.2. A estimativa dos valores para esta contratação foi estabelecida a partir da pesquisa de preço realizada com a utilização dos parâmetros dos incisos I e III do §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, conforme relatório da pesquisa anexo ao processo da contratação.

10.3. Para o proponente a proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos, frete e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, é indicada a seguinte dotação orçamentária: 001.01.031.1000.2.002 – 4.4.90.52.35.00 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS e 3.3.90.30.17.00 - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

Assis Chateaubriand/PR, 10 de fevereiro de 2026.



## ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Dispensa Eletrônica nº 002/2026

UASG 929890 – CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

- Razão Social:
- CNPJ:
- Inscrição Estadual/Municipal:
- Endereço Completo:
- Telefone:
- E-mail:

### 2. OBJETO

Aquisição de equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	UND	<b>Fone de ouvido headset – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Headset, circumaural (over-ear), fechado, almofadas em espuma, arco acolchoado (almofadado) ajustável.</li><li>• Cor: preta</li><li>• Drivers: mínimo de 53mm</li><li>• Resposta de frequência: 20Hz – 20.000Hz</li><li>• Impedância: 32 – 64 Ohm</li><li>• Microfone: tipo removível, padrão omnidirecional, sensibilidade -38 a -42 dB ± 3dB</li><li>• Conectividade: conector 3.5mm padrão TRRS (P3), com adaptador (splitter) para uso em equipamentos com entradas de fone e microfone separadas.</li><li>• Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m</li><li>• Microfone removível, com controle de volume ou mute integrado no cabo.</li></ul> <b>MARCA/MODELO OFERTADO:</b>		
2	1	UND	<b>Teclado para microcomputador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado com switches de membrana (domo de borracha), com digitação suave e silenciosa para longas sessões de uso;</li><li>• Cor preta</li><li>• Layout ABNT 2 (com tecla Ç), com bloco numérico, com teclas marcadas a laser com alta resistência ao desgaste e de perfil alto.</li></ul>		



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

			<ul style="list-style-type: none"><li>• Conector padrão USB plug-and-play, com cabo de 1,80m;</li><li>• Rollover: mínimo de 25 teclas simultâneas;</li><li>• Construção robusta em plástico ABS, com ajuste de altura.</li></ul> <b>MARCA/MODELO OFERTADO:</b>		
3	1	UND	<b>Mouse para microcomputador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mouse com sensor ótico de alta qualidade.</li><li>• Cor preta, com fio, cabo mínimo de 1,5 m, com os seguintes botões: esquerdo, direito, botão de alternância de DPI, roda de rolagem com clique, 2 botões programáveis na lateral;</li><li>• Conectividade: USB plug-and-play;</li><li>• Resolução de movimento ajustável com pelo menos 4.000 DPI;</li><li>• Tamanho normal com desenho simétrico para uso por destros e canhotos;</li></ul> <b>MARCA/MODELO OFERTADO:</b>		
4	3	UND	<b>Memória DDR4 16GB 2666MHz – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Memória RAM</li><li>• Capacidade: 16GB;</li><li>• Tipo: DDR4;</li><li>• Frequência: 2666 MHz;</li><li>• Latência máxima: CL22;</li><li>• Formato: DIMM</li><li>• Garantia mínima de 12 meses</li></ul> <b>MARCA/MODELO OFERTADO:</b>		
5	1	UND	<b>Microfone de lapela duplo sem fio – Especificações técnicas mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Microfone de lapela duplo com tecnologia sem fio digital de 2,4 GHz;</li><li>• Com 2 transmissores de lapela com microfone omnidirecional;</li><li>• Com 1 receptor de montagem para câmera digital com entrada TRS de 3,5mm e USB, 1 receptor com conector lightning e 1 receptor com conector USB-C para smartphone;</li><li>• Transmissores e receptor de montagem para câmera digital com baterias internas recarregáveis mediante estojo de carregamento;</li><li>• Faixa de frequência 20Hz–20kHz, relação sinal/ruído de 70dB, nível de pressão de som 115dB SPL;</li><li>• Alcance de transmissão de até 300m, taxa de amostragem de áudio ultra-alta de 48 kHz e 24 bits;</li></ul>		





## ANEXO IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de prover a Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR com equipamentos e acessórios de informática adequados ao desempenho de suas atividades. Constatou-se que parte dos equipamentos atualmente disponíveis, como mouse, teclado e memória, apresenta desempenho insuficiente, comprometendo a eficiência operacional e a adequada execução das tarefas. Ademais, verificou-se a inexistência, no patrimônio do órgão, de equipamentos essenciais, tais como fones de ouvido e microfones, indispensáveis às atividades desenvolvidas pela área.

A Assessoria de Comunicação é responsável pela produção e edição de conteúdos audiovisuais, cobertura de sessões legislativas e eventos oficiais, realização de entrevistas e divulgação das atividades parlamentares, o que demanda o uso de ferramentas tecnológicas compatíveis com tais atribuições.

Dessa forma, torna-se necessária a aquisição dos referidos equipamentos e acessórios, com o objetivo de assegurar condições adequadas de trabalho, aprimorar a eficiência das atividades desempenhadas e garantir a qualidade técnica dos serviços prestados, em atendimento ao interesse público e às necessidades institucionais da Câmara Municipal.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, tendo em vista tratar-se de demanda superveniente, identificada no curso do exercício.

Ressalta-se, contudo, que o Setor de Contabilidade certificou a existência de dotação orçamentária suficiente para suportar a realização da despesa, não havendo óbice quanto à sua execução sob o aspecto orçamentário-financeiro.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

São requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

- a) O fornecedor deverá realizar a entrega dos itens no prazo estabelecido, em observância às especificações previstas no Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou tenham sofrido alguma espécie de dano.
- b) O fornecedor deverá assumir os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita entrega do bem contratado.



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

- c) Os equipamentos fornecidos deverão contar com assistência técnica, por meio de rede credenciada ou autorizada da marca ofertada, para atender às necessidades técnicas de reparo que ocorrerem no período de garantia de cada item.
- d) A empresa contratada deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas de controle de qualidade, atentando-se principalmente para normas contidas na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- e) Os bens fornecidos deverão ter garantia de acordo com o prazo definido para cada item e na ausência de prazo específico será observado o prazo estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)
- f) Havendo necessidade de reparo junto à assistência técnica autorizada no prazo vigente da garantia dos objetos, fixa-se o prazo máximo de 30 dias para a devida manutenção (ajuste, reparo, conserto, troca de peça ou do próprio equipamento) e envio do equipamento para a Câmara Municipal, contados a partir da data de envio do objeto para a empresa responsável.
- g) A empresa contratada deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a contratante.
- h) Deverão ser fornecidos apenas componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, reembalados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas de cada um dos itens, bem como as especificações e valores estimados de cada um deles estão dispostos na tabela a seguir:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	1	UND	<b>Fone de ouvido headset – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Headset, circumaural (over-ear), fechado, almofadas em espuma, arco acolchoado (almofadado) ajustável.</li><li>• Cor: preta</li><li>• Drivers: mínimo de 53mm</li><li>• Resposta de frequência: 20Hz – 20.000Hz</li><li>• Impedância: 32 – 64 Ohm</li><li>• Microfone: tipo removível, padrão omnidirecional, sensibilidade -38 a -42 dB</li><li>• Conectividade: conector 3.5mm padrão TRRS (P3), com adaptador (splitter) para uso em equipamentos com entradas de fone e microfone separadas.</li><li>• Comprimento do cabo: mínimo de 1,8 m</li><li>• Microfone removível, com controle de volume ou mute integrado no cabo.</li></ul>	R\$ 197,12	R\$ 197,12



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

			<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Headset Gamer Redragon Cragblade H541, Zeus Lite H510-LT ou equivalente.</li></ul>		
2	1	UND	<b>Teclado para microcomputador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teclado com switches de membrana (domo de borracha), com digitação suave e silenciosa para longas sessões de uso;</li><li>• Cor preta.</li><li>• Layout ABNT 2 (com tecla Ç), com bloco numérico, com teclas marcadas a laser com alta resistência ao desgaste e de perfil alto.</li><li>• Conector padrão USB plug-and-play, com cabo de 1,80m;</li><li>• Rollover: mínimo de 25 teclas simultâneas;</li><li>• Construção robusta em plástico ABS, com ajuste de altura.</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Teclado Redragon Shiva K512RGB V2, Redragon Dyaus K509 ou equivalente.</li></ul>	R\$ 193,77	R\$ 193,77
3	1	UND	<b>Mouse para microcomputador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Mouse com sensor ótico de alta qualidade.</li><li>• Cor preta, com fio, cabo mínimo de 1,5 m, com os seguintes botões: esquerdo, direito, botão de alternância de DPI, roda de rolagem com clique, 2 botões programáveis na lateral;</li><li>• Conectividade: USB plug-and-play;</li><li>• Resolução de movimento ajustável com pelo menos 4.000 DPI;</li><li>• Tamanho normal com desenho simétrico para uso por destros e canhotos;</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Mouse Havit MS1001 ou superior</li></ul>	R\$ 73,31	R\$ 73,31
4	3	UND	<b>Memória DDR4 16GB 2666MHz para computador – Especificações mínimas:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Memória RAM</li><li>• Capacidade: 16GB</li><li>• Tipo: DDR4</li><li>• Frequência: 2666 MHz</li><li>• Latência máxima: CL22</li><li>• Formato: DIMM</li><li>• Garantia mínima de 12 meses</li></ul>	R\$ 303,21	R\$ 909,63
5	1	UND	<b>Microfone de lapela duplo sem fio – Especificações técnicas mínimas:</b>	R\$ 803,66	R\$ 803,66



# Câmara Municipal de Assis Chateaubriand

ESTADO DO PARANÁ

		<ul style="list-style-type: none"><li>• Microfone de lapela duplo com tecnologia sem fio digital de 2,4 GHz;</li><li>• Com 2 transmissores de lapela com microfone omnidirecional;</li><li>• Com 1 receptor de montagem para câmera digital com entrada TRS de 3,5mm e USB, 1 receptor com conector lightning e 1 receptor com conector USB-C para smartphone;</li><li>• Transmissores e receptor de montagem para câmera digital com baterias internas recarregáveis mediante estojo de carregamento;</li><li>• Faixa de frequência 20Hz–20kHz, relação sinal/ruído de 70dB, nível de pressão de som 115dB SPL;</li><li>• Alcance de transmissão de até 300m, taxa de amostragem de áudio ultra-alta de 48 kHz e 24 bits;</li><li>• Com recurso de cancelamento de ruído, suporte a gravação mono e estéreo e transmissores com capacidade com até 9 horas de operação.</li><li>• <b>Incluso no item:</b> 2 transmissores, 1 receptor para câmera digital, 1 receptor com conector lightning e 1 receptor com conector USB-C, 1 estojo para carregamento dos transmissores e receptor, 2 protetores de vento, 1 cabo USB-A para USB-C, 1 cabo TRS 3,5mm, 4 presilhas magnéticas, 2 cordões de pescoço, 2clipes traseiros, 1 bolsa de transporte, guia-rápido/manual.</li><li>• Garantia mínima de 12 meses</li><li>• <b>Marca/Modelo de Referência:</b> Microfone Hollyland Lark M2 Duo Combo ou superior.</li></ul>	
<b>TOTAL: R\$ 2.177,49 (dois mil cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos)</b>			

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A aquisição dos equipamentos e acessórios listados no tópico anterior pode ser realizada a partir da realização de pregão eletrônico ou mediante a realização de dispensa eletrônica, caso o valor da contratação esteja dentro dos limites definidos pela Lei 14.133/2021.

Neste caso, tendo em vista que o valor estimado da contratação fica abaixo do limite estabelecido para a dispensa eletrônica, recomenda-se sua utilização. O uso da dispensa é indicado em virtude da maior celeridade no processo de contratação, uma vez que o processo é mais simplificado que no pregão.

Ressalta-se que a realização de procedimento de dispensa eletrônica não traz prejuízo a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, visto que o procedimento é realizado mediante sessão pública com disputa entre os fornecedores do objeto.



## 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do preço da contratação é de R\$ 2.177,49 (dois mil cento e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos), conforme os custos unitários indicados na tabela do tópico 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

A estimativa foi obtida a partir de pesquisa de preço realizada utilizando-se os parâmetros dos incisos I e III do § 1º do art. 23 da Lei 14.133/2021. Os documentos que referenciam a pesquisa e demais informações constam no processo administrativo da contratação.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição dos equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand deverá observar as seguintes disposições:

- a) Observância quanto as especificações de cada um dos itens;
- b) Entrega do bem na sede da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da requisição feita pelo órgão;
- c) Proposta do fornecedor englobando todos os custos de transporte, frete, impostos e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- d) Atendimento das demais disposições estabelecidas no Termo de Referência da contratação.

### Da qualidade dos itens

Os itens dessa contratação apresentam requisitos de qualidade compatíveis com a natureza das atividades desempenhadas pela Assessoria da Câmara, que demanda equipamentos com maior qualidade, precisão e confiabilidade operacional.

As atividades desenvolvidas pela área requisitante envolvem, de forma rotineira, a produção, edição e tratamento de conteúdos audiovisuais, tais como gravação e edição de vídeos, edição de fotografias, captação e tratamento de áudio, inserção de legendas, além da utilização intensiva de softwares específicos de edição e design. Tais tarefas exigem maior sensibilidade e precisão nos dispositivos de entrada, bem como qualidade adequada na reprodução e captação de áudio, a fim de assegurar fidelidade sonora, clareza das informações e eficiência no fluxo de trabalho.

A edição de imagens e vídeos demanda movimentos precisos de cursor, controle adequado de sensibilidade e resposta confiável aos comandos, o que inviabiliza a utilização de mouses de baixa qualidade. A digitação contínua de textos, aplicação de atalhos e comandos simultâneos requer teclado com boa durabilidade, conforto e confiabilidade, evitando falhas que comprometam a produtividade. Monitoramento de áudio, edição sonora e captação exige fones e microfones de qualidade a fim de garantir clareza, redução de ruídos e fidelidade do material produzido.

A descrição de itens com maior qualidade não visa a aquisição de equipamentos de luxo ou supérfluos, até por que tais não se enquadram nessa categoria, mas sim a adequação técnica dos produtos às necessidades reais do serviço, assegurando condições apropriadas de trabalho, maior eficiência operacional, redução de falhas e melhor qualidade técnica dos materiais institucionais produzidos.

### Da necessidade de memória RAM para os desktops da Câmara

A aquisição de módulos de memória RAM justifica-se em razão da insuficiência da capacidade de memória atualmente disponível nos equipamentos de informática utilizados pelos diversos setores da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand, o que tem impactado diretamente a execução regular e eficiente das atividades administrativas e técnicas desenvolvidas.



No âmbito da Assessoria de Comunicação, verifica-se o uso contínuo de softwares de edição de vídeo, áudio e imagem, os quais demandam elevado consumo de memória RAM para funcionamento adequado, especialmente durante a abertura, edição e renderização de arquivos audiovisuais. A limitação de memória disponível tem ocasionado lentidão, travamentos e instabilidade dos sistemas, comprometendo a produtividade e a qualidade dos materiais institucionais produzidos.

De igual modo, nos setores administrativos e contábil, as rotinas de trabalho exigem a abertura simultânea de múltiplos aplicativos, tais como sistemas de gestão, navegadores com diversas abas, editores de texto e, sobretudo, planilhas eletrônicas e arquivos de grande porte, o que resulta em elevado consumo de memória. A capacidade atualmente instalada tem se mostrado insuficiente para atender a essas demandas, ocasionando queda de desempenho, interrupções no fluxo de trabalho e aumento do tempo necessário para a conclusão das atividades.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação fará uso do parcelamento do objeto com a finalidade de aumentar a competitividade do procedimento licitatório, portanto a apresentação de propostas e lances será realizada por item individualmente. A referida escolha não demonstra prejuízos a economia de escala e não se vislumbra prejuízo para o conjunto, estando em conformidade com a súmula 247 do TCU.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos equipamentos e acessórios de informática visa dotar e complementar as ferramentas de trabalho da Assessoria de Comunicação da Câmara, a fim garantir a execução das atividades com qualidade e eficiência.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não há necessidade de providências prévias específicas a serem tomadas para contratação do objeto.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas/ interdependentes para execução do contrato.

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há Plano de Logística Sustentável aplicado na Câmara Municipal.

A aquisição de equipamentos e acessórios de informática pode gerar impactos ambientais indiretos, sendo importante considerar práticas sustentáveis para mitigar esses efeitos. Portanto sugere-se que o fornecedor adote embalagens sustentáveis para o acondicionamento dos produtos, porém sem



comprometer a integridade e a qualidade destes. Sugere-se o descarte adequado dos papéis, plásticos e outros materiais que venham ser utilizados no acondicionamento, transporte e entrega dos materiais

Acrescente-se também que para o bom atendimento da legislação atinente as melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação poderá, sem restrição do caráter competitivo do certame, exigir que o contrato ou outros documentos pertinentes sejam assinados e encaminhados em meio eletrônico, a fim de evitar a impressão de papel.

### **13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Considerando a demonstração da necessidade a ser atendida, a solução apresentada e os demais tópicos apresentados neste estudo técnico preliminar, conclui-se pela viabilidade da aquisição de equipamentos e acessórios de informática para atender as necessidades da Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand/PR.

Assis Chateaubriand-PR, 10 de fevereiro de 2026.

Elaborado pela equipe de planejamento da contratação.